

RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL EM HARARE, REPÚBLICA DO ZIMBÁBUE
EMBAIXADORA MÁRCIA MARO DA SILVA

Transmito, a seguir, relatório de gestão à frente da Embaixada do Brasil em Harare, na República do Zimbábue, no período de 2 de agosto de 2011 a 30 de novembro de 2016.

A- CONTEXTO POLÍTICO

2. Cheguei a Harare durante a vigência do Governo de Unidade Nacional (GNU), solução de compromisso alcançada por meio do processo de facilitação liderado pela África do Sul para dar fim ao impasse político que se seguiu às eleições de 2008. À época, 2011, o ZANU-PF (partido no Governo desde a independência em 1980) e o MDC-T (principal partido opositor) partilhavam o poder executivo, cabendo a Robert Mugabe ocupar a Presidência da República e a Morgan Tsvangirai, líder do MDC-T, ocupar o cargo de Primeiro Ministro. O GNU teve como objetivo por fim à violência política que sangrava o país desde a promulgação dos resultados do primeiro turno das eleições de 2008, quando o MDC-T obteve mais votos que o ZANU-PF, sem, contudo, obter maioria suficiente para evitar o segundo turno. Entre o primeiro e o segundo turnos, houve eclosão da violência política, o que levou o MDC-T a se retirar da campanha com vistas a evitar, segundo alegou, maior derramamento de sangue de seus correligionários. Sem competidor, Mugabe venceu as eleições, que foram contestadas pelos organismos regionais e subregionais, como SADC e UA. A solução negociada pelo presidente sul-africano Thabo Mbeki, da coabitação por meio do GNU, deveria perdurar até a realização das novas eleições em 2013, o que efetivamente ocorreu.

3. Durante a vigência do GNU o fato mais significativo foi a negociação do novo texto constitucional e sua aprovação por meio de referendo em junho de 2013, dois meses antes da realização das eleições. De cunho liberal, a nova Constituição representou significativo avanço na ampliação das garantias individuais, do combate à corrupção, da independência entre os poderes e da transparência na gestão pública. A falta de alinhamento das leis ordinárias com a nova Constituição, porém, tem limitado o alcance das novas conquistas constitucionais. No plano político, a permanência de leis herdadas da antiga Rodésia com relação ao direito de protesto e de associação gera tensões. Forças policiais locais têm buscado amparo nas referidas leis arcaicas para

reprimir manifestantes e opositores, em contradição com os novos preceitos constitucionais, e o problema poderá agravar-se, à medida que se aproximem as eleições de 2018.

4. Outra conquista importante, fruto do GNU e de um melhor diálogo gerado pela coabitação, foi a realização de eleições livres e sem violência. Apesar de pacíficas, as eleições de 2013 foram maculadas pela demora das autoridades eleitorais em informar a lista de registro eleitoral dentro dos prazos legais de até três dias antes das eleições. A divulgação foi feita às vésperas das eleições, e de forma parcial, não havendo tempo hábil para que muitos eleitores verificassem suas zonas eleitorais. A acusação pelo MDC-T e demais partidos de oposição de manipulação da lista de registro pela Comissão Eleitoral do Zimbábue (cujo integrantes seriam membros/simpatizantes do ZANU-PF), com as transferências do domicílio eleitoral de residentes de zonas rurais onde o ZANU-PF domina para áreas urbanas controladas pelo MDC-T, encontrou eco nos relatórios das missões de observação eleitoral. Todas as missões de observação criticaram a demora e a parcial divulgação da lista eleitoral e recomendaram o aprimoramento do processo, com maior transparência no registro de eleitores e na divulgação da lista.

5. Independentemente dos problemas com o registro eleitoral, o fato é que o ZANU-PF emergiu das urnas com maioria superior a 2/3 do Parlamento e o Presidente Mugabe se reelegeu com quase 70% dos votos. Apesar da contestação dos resultados, e de eventual manipulação da lista de registro eleitoral, a vitória flagorosa de Mugabe foi inconsistente, pois, votando nas áreas urbanas ou rurais, o fato é que 70% dos eleitores votaram no velho líder zimbabuano. A derrota representou a completa desarticulação da oposição, que desde 2013 perdeu relevância no jogo político interno, deixando de ser alternativa viável, no curto prazo, ao domínio do ZANU-PF, partido nascido do ZANLA, movimento armado que levou o país à independência do jugo colonial.

6. Contribuíram para a vitória do ZANU-PF a rápida recuperação econômica que se seguiu à dolarização da economia em 2009, durante o GNU; a percepção de que o MDC-T estava aliado aos interesses ocidentais, enquanto Mugabe representaria a defesa do empoderamento das maiorias negras; as trapalhadas do MDC-T no governo, com casos flagrantes de corrupção de membros do partido no exercício de cargos públicos, aliados aos escândalos da vida pessoal do Primeiro Ministro e líder do MDC-T, Morgan Tsvangirai.

7. Vale registrar que desde a crise eleitoral de 2008, quando ficou claro que o partido havia perdido espaço para o MDC-T, o ZANU-PF iniciou campanha buscando reconectar-se com suas bases, enquanto o MDC-T desfrutava das benesses do poder, principalmente Morgan Tsvangirai, que começou a ser percebido como pessoa frívola, interessado apenas nas viagens internacionais, onde era visto com frequência em momentos de lazer. A visão de Tsvangirai como líder desconectado da realidade local e de seus eleitores agravou-se quando, a menos de um ano das eleições, o viúvo Tsvangirai casou-se em rito tradicional, tendo meses depois negado a ocorrência do casamento anterior para casar-se novamente. O caso terminou na Suprema Corte, que confirmou que o casamento tradicional havia ocorrido e que o segundo casamento, no civil, não poderia ter lugar. O escândalo, em uma sociedade conservadora e que valoriza suas tradições, causou enorme desgaste à figura de Tsvangirai, candidato à Presidência ao lado de Mugabe.

8. Após a derrota eleitoral, houve uma caça às bruxas nas fileiras do MDC-T, com parte da dirigência do partido imputando a Tsvangirai a responsabilidade pela derrota avassaladora e demandando a sua renúncia da chefia do partido. Frente à determinação de Tsvangirai de não renunciar, o MDC-T terminou por subdividir-se em três agremiações, fragmentação que reduziu a oposição à quase irrelevância desde as eleições de 2013. No momento, as oposições buscam se unir com vistas a fortalecer sua posição eleitoral nas eleições de 2018, o grande personalismo dos principais líderes oposicionistas, porém, lança dúvidas sobre sua real capacidade de manter a unidade, chegada a hora de decidir nome do candidato presidencial.

9. Terminadas as eleições, com a supremacia do ZANU-PF, havia expectativa de que o partido de Mugabe, livre da ameaça oposicionista e do GNU, pudesse levar a cabo programa de reformas que acelerasse a recuperação econômica do país, tomando medidas impopulares em um primeiro momento, mas que produziram resultados positivos antes das eleições seguintes, em 2018. Para grande surpresa, poucos meses depois das eleições houve recrudescimento das lutas intestinas no ZANU-PF pela sucessão do velho líder zimbabuano. A vice-presidente Joice Mujuru, considerada unanimemente como forte candidata à sucessão de Mugabe, foi afastada do cargo e expulsa do partido em dezembro de 2014 sob a alegação, até hoje não provada, de tentativa de golpe para assumir o

comando do país. Desde então, seguiram-se vários expurgos e a luta sucessória passou a dominar a agenda política, com severo agravamento do quadro econômico, como será tratado mais à frente.

10. Hoje, as principais forças que se enfrentam pelo espólio político de Mugabe, que está com 92 anos, são, de um lado, o grupo liderado por sua mulher Grace Mugabe (que até 2014 não participara do jogo político), apoiada por uma geração de ambiciosos políticos do ZANU-PF, com pouca experiência e qualificação, cuja principal afinidade é a de pertencerem à mesma geração, que têm em torno dos 40 anos (o que lhe valeu alcunha de G-40) e de não terem, em razão da própria idade, participado da luta armada, carecendo de credenciais revolucionárias na luta sucessória. De outro, o grupo liderado pelo Vice-Presidente Emmerson Mnangagwa, de 70 anos, que conta com o apoio das forças armadas e é tido como o provável sucessor de Mugabe. Ainda que persista a disputa com o G-40, que conta com o apoio de Mugabe, os principais analistas julgam que o processo sucessório estaria em vias de definição, com a imposição de Mnangagwa pelas forças tradicionais do partido e do aparato securitário.

11. Os protestos em curso no país organizados pela sociedade civil, igrejas e a oposição aumentam a pressão sobre Mugabe, que parece não dar mostra de ter meios e energia para enfrentar as distintas frentes que o desafiam. O agravamento da crise econômica e as dificuldades orçamentárias ameaçam deixar o funcionalismo público e os militares sem salário, o que, se ocorrer, poderá causar ruptura de vez dos dois pilares principais de sustentação do regime, que já dão indicações de favorecerem a renúncia do Presidente em favor de Mnangagwa. Velha raposa política, a habilidade de Mugabe para sair-se alvissareiro de situações adversas não deve ser menosprezada. Aos noventa e dois anos (terá 94 em 2018) poucos acreditam que tenha capacidade de sagrar-se candidato do partido, uma vez mais, nas próximas eleições. Mas, contrariando as expectativas e a biologia, o líder zimbabuano logrou aos 89 anos obter a indicação do partido em 2013 para a reeleição, e poderá tentar repetir a façanha, sobretudo se conseguir tirar Mnangagwa da corrida, como fez com todos que o ameaçaram.

B- CONTEXTO ECONÔMICO

12. Desde 2000, quando o programa de reforma agrária gradual no acordado nos entendimentos que permitiram a

independência do país em 1980 foi abandonado e tiveram início as invasões de terras dos fazendeiros brancos, a economia zimbabuana entrou em decadência acelerada. Segundo acordado, a reforma agrária se daria com duas cláusulas básicas: a) os proprietários das terras seriam ressarcidos pelo preço de mercado das terras; b) os proprietários deveriam estar de acordo com a venda das terras; c) o governo britânico financiaria a aquisição das terras para fim de reforma agrária. Quando os fazendeiros brancos recusaram-se a vender as melhores terras do país, onde era desenvolvida competitiva e lucrativa agricultura comercial, e o governo britânico, à época chefiado por Tony Blair, anunciou que não mais financiaria o processo, o governo Mugabe, sob pressão do setor securitário interno, sentindo-se traído, deu início ao processo de invasão de terras que teria consequências devastadoras sobre a economia local.

13. Em oito anos o país perdeu 40% do valor do seu PIB. Tal fato ocorreu em razão da grande dependência da economia local à produção agrícola. A eficiente e pujante agricultura zimbabuana foi totalmente desarticulada. Os novos ocupantes das terras não dispunham de experiência nem recursos para manter a produtividade. Na verdade, ao contrário do que ocorrera com o programa de reforma agrária estruturada, onde as terras foram subdivididas e distribuídas por número significativo de beneficiários, com a invasão das terras, as melhores fazendas ficaram concentradas em mãos de poucos. Boa parte dos beneficiários das invasões são membros do partido ou dispõem de acesso ao poder. A maioria não produz e mantém a terra para fins recreacionais ou como reserva de valor, esperando a regularização da titularidade, já que os proprietários legais lutam há anos na justiça por compensações para a transferência do título de propriedade.

14. Sem as divisas advindas das exportações da agricultura comercial (algodão e tabaco, além de alimentos), o país não tinha como financiar as importações de matérias primas e bens de capital necessários para o setor industrial. O colapso da antes produtiva indústria zimbabuana acelerou-se durante o processo de hiperinflação de 2007/2008, que levou à dolarização da economia em 2009, durante a vigência do GNU. A dolarização, ao trazer estabilidade, permitiu nos primeiros anos, até 2012, taxas de crescimento expressivas. A aprovação da lei de indigenização, em 2010, determinando que qualquer empresa no país com mais de 500 mil dólares de investimento teria que contar com participação de 51% de zimbabuanos negros, terminou por minar a atração de investidores para o

país e eventual recuperação da economia. Vale registrar que no setor agrícola, por não serem os titulares da terra, os novos ocupantes não conseguem financiamento para a safra, já que não têm como hipotecar a terra como garantia aos empréstimos. A exploração mineral é a única atividade que atrai divisas para o país, mas não suficiente para financiar as importações. Ainda que rico em reservas minerais como diamantes, ouro e platina, o Zimbábue precisa de investimentos para tornar o setor mais produtivo, mas as políticas governamentais, que aumentam a percepção de falta de segurança jurídica no país, têm afugentado possíveis investidores.

15. Por último, o país, que está em default desde 2001 iniciou há dois anos negociações com os organismos multilaterais de crédito com vistas ao pagamento dos atrasados e à renegociação da dívida externa. Uma vez mais, as políticas governamentais impedem avanço concreto dos entendimentos. Enquanto setores pragmáticos do governo como o Ministro das Finanças, Patrick Chinamasa, e o governador do Banco da Reserva buscam o entendimento, Mugabe e setores mais radicais os desautorizam e parece cada vez mais longe a possibilidade de renegociação da dívida antes da resolução do problema sucessório. O rompimento com os países ocidentais, ocorrido durante a invasão das terras, que impõem sanções ao Zimbábue até o presente momento, não parece poder ser superado enquanto Robert Mugabe estiver chefiando o país.

C- RELAÇÕES BILATERAIS

16. O principal projeto bilateral em curso é o Mais Alimentos, do qual o Zimbábue foi o primeiro país africano a beneficiar-se. Quando cheguei ao Posto em 2011 acabara de ser aprovada linha de crédito no valor de US\$98 milhões, que seria concedida em três parcelas, a primeira, liberada em 2015, no valor de US\$38 milhões, já totalmente executada. Em breve, os equipamentos referentes à segunda parcela deverão chegar ao país. A linha de crédito concedida pelo PROEX financia a aquisição de máquinas e implementos brasileiros que serão empregados na execução do Mais Alimentos localmente e os beneficiários do programa, a partir do recebimento das máquinas, começam a pagar pelo seu uso. Os recursos são usados para quitar a dívida com o Brasil por meio de remessas do AgriBank do Zimbábue para o Banco do Brasil.

17. Desde a primeira safra colhida ao abrigo do programa, ficou claro o seu caráter transformacional. Nos 176 projetos

espalhados pelo país, observou-se colheita de safra em volume suficiente não apenas para prover segurança alimentar para as populações beneficiadas, como também para gerar renda por meio da comercialização dos excedentes produzidos. No caso do Zimbábue, os sistemas de irrigação brasileiros representaram a diferença entre a quebra de safra, como consequência da seca, e produção abundante para toda a região irrigada. Nas áreas irrigadas, escolas públicas receberam do governo terras comunais para cultivo, sendo a produção consumida localmente em auspicioso e incipiente programa de alimentação escolar.

18. Mais importante, contudo, foi o despertar provocado pelos excelentes resultados da cooperação brasileira. O governo, por meio de outras parcerias internacionais, passou a destinar recursos para a recuperação/instalação de sistemas de irrigação, buscando afastar o país do desperdício de aquisição anual, em termos emergenciais, de grãos para combater a fome. Várias autoridades citam a cooperação com o Brasil como modelo a ser seguido com vistas a afastar de vez o problema de insegurança alimentar no país.

19. Na esteira do Mais Alimentos, agricultores comerciais voltaram a demandar equipamentos agrícolas brasileiros, considerados de boa qualidade, resistentes e bem adequados às condições de solo locais. A desvalorização do real, igualmente, contribuiu para queda dos preços da maquinário brasileiro em dólares, melhorando as condições de competitividade com os produtos chineses, tidos como de qualidade inferior.

20. No que tange a investimentos, desde minha chegada, algumas empresas brasileiras manifestaram interesse em explorar possibilidades de negócios no país, sem, no entanto, terem realizado até o momento inversões. Na verdade, à luz das dificuldades econômicas e incertezas vigentes no campo político, a cautela é aconselhável. Vale registrar, porém, que algumas construtoras brasileiras mapearam possibilidade de participação em licitações locais na área de infraestrutura (duplicação de rodovias, construção de ferrovias, obras civis para mineração e geração de energia) no valor de US\$ 5 bilhões. O principal projeto licitatório em curso com a participação de empresas brasileiras é a da construção da hidrelétrica de Batoka Gorge, orçada em US\$ 3,5 bilhões. Duas empresas brasileiras estão na lista reduzida de participantes.

21.0 país é rico e analistas internacionais coincidem que, uma vez superada a crise política e a questão sucessória, o Zimbábue poderá ser uma das grandes economias da África subsaariana. Contribuem para tal visão a alta qualificação de sua população que detém, apesar da prolongada crise, a taxa mais alta de alfabetização de toda a África subsaariana, cerca de 91% (já foi de 96% antes da crise econômica iniciada na década de 2000); os vastos recursos minerais do país; as boas terras agricultáveis; a interconectividade interna do país e com os países vizinhos por meio de rodovias e ferrovias; e a homogeneidade e coesão social de sua população. Nesse contexto, é importante que o Brasil alimente os laços existentes com o país, sobretudo a excelente receptividade local a tudo o que se refere ao Brasil, para que as empresas brasileiras possam se beneficiar das oportunidades de negócios que surgirão, estima-se, em futuro breve.